

VIII SALÃO DE EXTENSÃO



Observatório dos Direitos Humanos da Ulbra – ODHU

MIZUTA, Alessandra¹;
COELHO, Leda Rubio M.; PINTO NETO, Moyses da F.; SILVA, Ângela M P.²

RESUMO: O Observatório de Direitos Humanos da Universidade Luterana do Brasil - ULBRA (ODHU) tem por objetivo promover o debate sobre os Direitos Humanos atualmente com foco nas pessoas com deficiência. As principais ações propostas são de realização de palestras informativas e de conscientização em escolas, universidades e para a comunidade, e participação em eventos de cunhos sociais com atendimentos de orientações psicológicas, jurídicas e de encaminhamento social, além de promover a intervenção junto a órgãos de classe para incentivar um olhar mais atento ao tratamento especializado para futuros profissionais com necessidades especiais.

INTRODUÇÃO: Os direitos humanos são uma luta histórica de afirmação da sociedade civil frente às fragilidades do posicionamento do Estado em relação à afirmação dos direitos fundamentais dos cidadãos. Por isso, há necessidade de conscientização na sociedade civil como um todo, em especial em demandas de setores vulneráveis como as pessoas com deficiência.

METODOLOGIA: O projeto se desenvolverá na seguintes etapas: 1) sensibilização para a participação de todos envolvidos; 2) elaboração do cronograma de acordo com a demanda; 3) implementação do cronograma; e 4) divulgação dos resultados em trabalhos científicos e eventos acadêmicos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO: A primeira e segunda etapas foram concluídas com sucesso, estando atualmente o projeto em fase de efetivação, com a realização de alguns encontros e palestras em mais de um local e que atingiram a finalidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: O projeto tem se mostrado valioso para divulgação e familiarização com os direitos humanos, em especial das pessoas com deficiência.

¹ Coordenadora do Projeto de Extensão Comunitário Observatório de Direitos Humanos da Ulbra – ODHU, subsidiado pela Universidade Luterana do Brasil – ULBRA Canoas. Professora da Universidade Luterana do Brasil – ULBRA Canoas. E-mail: alessandra.mizuta@gmail.com

² Professores da Universidade Luterana do Brasil – ULBRA Canoas, integrantes do Projeto de Extensão Comunitário Observatório de Direitos Humanos da Ulbra.

VIII SALÃO DE EXTENSÃO



O tema da acessibilidade – apesar de consolidada literatura – continua exigindo um enfrentamento constante para a garantia dos respectivos direitos.

REFERÊNCIAS

- A GAMBEN, Giorgio. Homo sacer: o poder soberano e a vida nua. BH, UFMG, 2007.
- BALDI, César Augusto. Direitos Humanos na sociedade cosmopolita. Editora Renovar, 2004.
- BAUMAN, Zigmund. Vidas desperdiçadas. RJ, JZE, 2005.
- BOBBIO, Norberto. A Era dos Direitos. São Paulo, Editora Campus, 2004.
- CHAVES, Antônio. Direito à Vida e ao Próprio Corpo: Intersexualidade, Transexualidade, Transplante. 2ª ed. São Paulo: revista dos Tribunais, 1994.
- COMPARATO, Fábio Konder. Afirmação Histórica dos Direitos Humanos. 8ª ed. São Paulo. Saraiva, 2013.
- FONSECA, C.L.W. (Org.);Fleischer, Soraya (Org.); Schuch, P. (Org.) Antropólogos em ação: Experimentos de Pesquisa em Direitos Humanos. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007
- HUNT, Lynn. A invenção dos direitos humanos. SP: Companhia das Letras, 2009.
- KOERNER, Andrei. O papel dos direitos humanos na política democrática: uma análise preliminar. Rev. bras. Ci. Soc. (online). 2003, vol. 18, nº 53, PP 143-157. ISSN doi: 10.1590/S0102-644520020002000005.
- LAFER, Celso. A Reconstrução dos Direitos Humanos. São Paulo: Cia. Das Letras, 1999.
- SANDEL, Michael J. Justiça: o que é fazer a coisa certa. Tradução de Heloísa Matias e Maria Alice Máximo. 5ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.
- SARLET, Ingo Wolfgang. Os Direitos Fundamentais Sociais na Constituição de 1988. In: SARLET, Ingo Wolfgang (org.). O Direito Público em Tempos de Crise: Estudos em homenagem a Ruy Rubem Ruschel. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1999. p. 129-173.
- _____. A eficácia do direito fundamental à segurança jurídica: dignidade da pessoa humana, direitos fundamentais e proibição de retrocesso social no direito constitucional brasileiro. Revista Brasileira de Direito Público, Belo Horizonte, v. 3, n. 11, out. 2005. Disponível em: <<http://bdjur.stj.jus.br/dspace/handle/2011/31256>>. Acesso em: 9 maio 2011.
- _____. Dignidade da Pessoa Humana e Direitos Fundamentais na Constituição Federal de 1988. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2012.